

Senado age para garantir segurança

A aprovação do projeto que pune adultos que usam menores em atos criminosos, na semana passada, soma-se a outras iniciativas da Casa contra a violência urbana: dez projetos seguiram para a Câmara em junho de 2006. **Páginas 2 e 3**



Foto: Círio/Agência



“É na dor e no sofrimento que resolvemos os problemas”, observa Mozarildo Cavalcanti, ao defender soluções emergenciais ao lado de saídas de médio e longo prazos. **Página 3**



Uma mobilização nacional no combate à violência é proposta por Gilvam Borges. “Estão faltando decisão política e objetividade”, afirma, ao sugerir a Lula que lidere o esforço. **Página 3**



A maioria penal deve ser mantida em 18 anos, diz Cristovam Buarque. Entretanto, acrescenta, pode ser mudado o tratamento a menor infrator que ameace a sociedade. **Página 2**

Seis proposições que tramitam na Comissão de Justiça dividem opiniões de parlamentares. Relator é favorável à imputação criminal a partir dos 16 anos

Propostas de redução da maioria geram polêmica

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) é relator de uma proposta polêmica que divide opiniões não só entre os parlamentares, mas também entre a população brasileira: a redução da maioria penal dos 18 anos para os 16. A matéria, que reúne seis propostas de emenda à Constituição por tratarem de assunto correlato, tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde começou a ser debatida na última semana e volta à pauta na próxima reunião.

De um lado, estão os parlamentares contrários à imputação de responsabilidade penal aos maiores de 16 anos e menores de 18, como a senadora Patrícia Saboya (PSB-CE). Ela acredita que a redução da idade é uma tentativa equivocada de apresentar respostas diante da crise.

– A redução da idade penal não vai resolver o problema da violência em nosso país porque esta não se resume à ação de menores de idade que estão matando. Quem conhece o Brasil real sabe que esses meninos são fruto de uma sociedade doente, que está agonizando – defende.

Para o presidente do Senado, Renan Calheiros, a redução da maioria penal não seria suficiente para conter a violência, sendo necessária a reformulação da legislação penal e o endurecimento das penas para quem cometer crimes hediondos.

– Nós vamos ter mudanças no Estatuto da Criança e do Adoles-



Somente Brasil, Colômbia e Peru adotam maioria aos 18, observa Demostenes

cente para resolver o problema da violência – disse no último dia 14 Renan, que se recusou, no entanto, a anunciar qualquer decisão favorável ou contrária à mudança na maioria penal.

Já o senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu a proposta do presidente da Associação Brasileira dos Magistrados da Infância e da Juventude, juiz Guaracy Vianna, e do criminalista Ari Bergher – um anteprojeto que prevê o aumento do tempo máximo de internação de crianças e adolescentes em instituições socioeducativas de três para cinco anos.

Responsabilidade

Demostenes Torres é favorável à imputação criminal a partir dos 16 anos e argumenta que o Brasil, ao lado da Colômbia e do Peru, é um dos únicos países em que a pessoa só passa a responder pelos seus atos a partir dos 18 anos. Ele lembra que nos Estados Unidos, Inglaterra e Austrália a idade penal é de dez anos. Na França e

Polônia, de 13. Na Itália, Japão e Rússia, de 14 anos. E na Argentina e no Chile, a idade penal hoje é de 16, mas já existe proposta de redução para 14.

Já o senador Magno Malta (PR-ES) acredita que, quando se reduz a maioria penal, há uma sinalização.

– Do jeito que as coisas estão, não tem mais limites. Eles [os adolescentes] conhecem a lei de cor e sabem que podem fazer tudo, que não vai dar em nada – opina.

Alternativa

Em meio às posições contrárias, começa a ser esboçada uma proposta que pode fazer com que se chegue a um consenso. Emenda apresentada pelo senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) à PEC 18/99, no âmbito da CCJ, prevê a manutenção da maioria penal nos 18 anos, mas determina que “a lei poderá, excepcionalmente, desconsiderar o limite à imputabilidade penal, definindo especificamente as condições, circunstâncias e normas de aplicação da exceção”.

Jereissati explica que “o Congresso terá, assim, a oportunidade de debater o tema, discutindo a quem caberá propor tal desconsideração, quem a concederá, a que crimes será aplicada, que instâncias deverão ser ouvidas, enfim, todas as formas de aplicação de um novo limite”.

Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Cristovam Buarque (PDT-DF) também defenderam a ideia de flexibilização.

Cristovam propõe que menores sejam punidos em casos especiais

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a manutenção da maioria penal aos 18 anos, mas disse acreditar que alguns indivíduos deveriam ser tratados de maneira diferenciada em relação a outros da mesma idade. Em sua opinião, o comportamento de menores de idade que cometem infrações graves teria de ser analisado por um juiz ou um grupo de juizes e, no caso de confirmação de que são pessoas que trazem risco à sociedade, deveriam receber tratamento especial e serem punidos por seus atos.

O senador destacou que as crianças são o futuro do país e que é preciso construir um Brasil em que “criança seja criança e não menor infrator”. Mas, reconheceu, há crianças que desviam seu comportamento e é necessário garantir que elas não sejam uma ameaça para a sociedade. Cristovam advertiu que os políticos devem ser coerentes com suas ideias e “ter bússola”, não se deixando levar apenas pela vontade popular.

– Muitos políticos defendem as ideias mais populares em determinado momento, como agora acontece com a redução da maioria penal – assinalou.

Em aparte, o senador Mozaril-



Cristovam sugere avaliação mais rigorosa do grau de periculosidade do menor

do Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que dialogar sobre maioria penal e tentar mudar a situação enfrentada pela sociedade brasileira é fundamental.

– Temos que evoluir, não podemos ficar nesse padrão que comprovadamente não funciona. Estamos engessados. O menor de 18 anos que estupra, mata, seqüestra está protegido pela legislação. Pode ser uma pessoa com distúrbio psiquiátrico sério, não interessa, não há previsão legal para punição – analisou Mozarildo.

Para o senador Valdir Raupp (PMDB-RO), manter presos menores junto a criminosos perigosos “não vai resolver o problema” da falta de segurança no país”.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Violência urbana é tema de debate

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) reúne-se hoje às 9h para discutir questões relativas à violência urbana. O encontro inaugura um ciclo de debates em defesa dos direitos humanos. Representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), do Ministério Público Federal e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República deverão participar da reunião. O debate será realizado na sala 2 da Ala Nilo Coelho.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Raul Rodrigues Grilo
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazilio
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do Jornal do Senado é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de sexta-feira do Senado Federal foi presidida pelos senadores Gilvam Borges, Mozarildo Cavalcanti e Paulo Paim

Em resposta à indignação da sociedade com o crescimento da violência, senadores agilizam votação de matérias que contribuem para o combate ao crime

Mozarildo quer ação imediata e soluções para o longo prazo

Ao lado da busca de saídas imediatas para os problemas de segurança pública, o Congresso precisa debater a questão de forma mais ampla, a fim de apresentar propostas com soluções para médio e longo prazos. A opinião é do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), para quem “uma coisa não exclui a outra”. Ele elogiou projetos em análise pela Comissão de Justiça (CCJ) e pediu a inclusão em pauta de proposição de sua autoria que acrescenta ao rol dos crimes hediondos a utilização de menores para a prática de delitos (PLS 345/99).

– A delinquência juvenil é fomentada por adultos. O adolescente é carente social e economicamente. Por isso, é preciso imprimir maior reprimenda aos adultos que se aproveitam dessa fragilidade – justificou.

Conforme Mozarildo, não é possível que as autoridades ignorem a realidade. Segundo ressaltou, a opinião de muitos parlamentares, juristas e membros do governo de que não adianta reduzir a maioria penal deve ser considerada, mas é preciso também levar em conta o que a sociedade está pensando.

– Eles [os cidadãos] querem penas mais duras, redução da maioria penal e punição mais rigorosa para adultos que utilizam crianças na prática de crimes.

O momento, observou Mozarildo, é oportuno para que o Congresso discuta os projetos sobre segurança pública que tramitam na Casa. Segundo o senador, o Parlamento não pode esperar para tomar decisões sob a desculpa de que o país está passando por um momento de emoção e de comoção.

– Eu aprendi que é na dor e no sofrimento que resolvemos os problemas de uma grande nação – concluiu.

MarciaVaz



A maioria das propostas acolhidas pelo Plenário integram o pacote antiviolência, enviado em junho para exame da Câmara

Senado aperfeiçoa legislação para fechar cerco a bandidos

A mudança no Estatuto da Criança e do Adolescente para definir como crime o uso de menores na prática de delitos, aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa na semana passada, representa a continuidade dos esforços do Senado no sentido de conter o avanço da violência no país. Ainda em 2006, o Senado aprovou uma série de propostas que apertam o cerco contra os criminosos, em um pacote antiviolência, numa resposta vigorosa da Casa à indignação da sociedade. Dez projetos seguiram para análise da Câmara em junho do ano passado, mas apenas um deles foi votado em Plenário, na última semana: o que torna falta grave o uso de celular por detentos em presídios (PLS 136/06), do senador César Borges (PFL-BA).

Aguardam votação outras nove propostas. Uma das consideradas mais importantes institui o Regime Penitenciário de Segurança Máxima (RDMax), aplicável aos presidiários de alta periculosidade e com comprovado envolvimento com organizações criminosas (PLS 179/05). Pelo texto, do senador Demostenes Torres (PFL-GO), fica ampliado o prazo de

isolamento do preso por até 720 dias e, depois disso, fica permitida a transferência para regime mais brando, se previsto em lei.

O senador é autor ainda de outros três projetos: o PLS 474/03, que aumenta os prazos de prescrição de diversos crimes, dependendo do limite de aplicação da pena; o PLS 186/04, que determina que o cumprimento de pena privativa de liberdade, atualmente fixada em no máximo 30 anos, não poderá ser reduzido por meio de benefícios legais; e o PLS 140/05, que permite que o Estado utilize os bens dos presidiários para reparar danos que ocorram nos presídios durante rebeliões.

Fazem parte ainda do pacote antiviolência o PLS 135/06, do então senador Juvêncio da Fonseca, que veda o livramento condicional para detento reincidente em crime doloso; o PLS 138/06, de Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que permite ao juiz decretar a indisponibilidade dos bens de pessoas indiciadas em processos judiciais desde que haja indícios de crime doloso que possa ser punido com reclusão; o PLS 139/06, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que permite que interrogatórios sejam realizados

por meio de videoconferências ou outros recursos tecnológicos de presença virtual em tempo real; o PLS 140/06, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que cria a delação premiada para presos condenados, prevendo que a colaboração voluntária pode ser trocada pela redução da pena; e o PLS 220/03, de Renan Calheiros (PMDB-AL), que institui o Programa de Subsídio Habitacional para os policiais militares e civis.

Seqüestro de bens

Outra proposta importante remetida para a Câmara em julho – um mês após o envio do pacote antiviolência – foi o projeto de Serys Shessarenko (PT-MT) que enfoca os lucros obtidos pelos bandidos. A proposta (PLS 258/03) altera o Código de Processo Penal para assegurar o seqüestro de bens provenientes de ações criminosas.

Mais uma importante iniciativa de combate à criminalidade foi tomada ainda em 2006. O Senado aprovou projeto da Câmara (PLC 141/05) que criou o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos. Já em prática, a medida tem reforçado o combate ao roubo de cargas e de carros no país.

Gilvam: Lula deve reunir especialistas para construir a paz

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu uma mobilização nacional como forma de combater a violência. Segundo ele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveria reunir as lideranças políticas, representantes da mídia e pesquisadores universitários para discutir a adoção efetiva de medidas que favoreçam o bem-estar da população e o crescimento econômico do país.

– Temos grandes inteligências profissionais da mais alta competência e não custa realizar um seminário. Basta o presidente Lula convocar um colegiado, discutir a unificação da legislação e ver o que precisa ser feito. Há projetos que estão no Congresso há mais de 15 anos. Está faltando decisão política e objetividade para que possamos traçar uma estratégia e fazer a mobilização socioeconômica – sugeriu.

Na avaliação de Gilvam Borges, diversos setores da sociedade estariam capacitados a oferecer e a aprimorar as diretrizes de combate à violência que vêm sendo discutidas pela classe política.

– Temos força e potencial gigantesco que só precisa ser mobilizado com inteligência. A universidade tem quadros especialíssimos para dizer qual o remédio. A violência está na cabeça das pessoas, na cultura que está se estabelecendo e está sendo reforçada pela mídia nacional. Em 15 dias, é possível fazer uma reunião estratégica para se ter o norte a seguir – argumentou.

O senador também lembrou que a mobilização social contra a violência precisa ocorrer em oposição à organização das facções criminosas.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Cristovam Buarque (PDT-DF) manifestaram apoio aos argumentos de Gilvam Borges.



Mozarildo considera o momento oportuno para a mobilização do Congresso Nacional

Comissão debate violência e direitos humanos

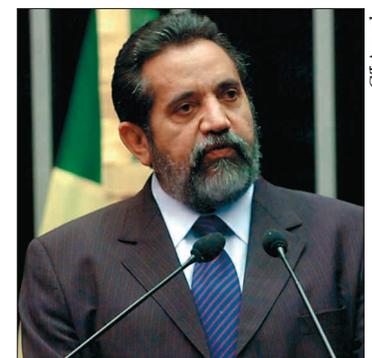
A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza hoje, a partir das 9h, a primeira audiência pública do Ciclo de Debates Violência e Direitos Humanos.

Para o evento foram convidados Vinicius Dônola, jornalista da TV Globo; Carlos Moura, se-

cretário-executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB); Perly Cipriano, subsecretário de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; e Nicolao Dino de

Castro, presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR).

A iniciativa da CDH, que é presidida por Paulo Paim (PT-RS), integra os esforços do Senado na busca de soluções para conter o aumento da criminalidade no Brasil.



País tem quadros capazes de propor saídas para a violência, diz Gilvam Borges



Raupp quer equilibrar remuneração de concessionárias e interesse de motoristas

Raupp critica preços de pedágios cobrados nas rodovias federais

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) criticou os altos preços dos pedágios cobrados nas rodovias federais brasileiras. Segundo ele, as tarifas estão forçando as indústrias que pagam frete a elevar os preços das mercadorias, gerando perda de competitividade, principalmente em relação aos produtos estrangeiros.

Por isso, Raupp conclamou o governo e as empresas concessionárias a encontrarem uma solução com o objetivo de diminuir os preços dos pedágios, considerados por ele exorbitantes.

Como exemplo, o senador informou que um caminhão leve paga, entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, uma tarifa total de cerca de R\$ 60. O mo-

torista de um caminhão pesado, com seis eixos, completou, chega a desembolsar R\$ 180.

Apesar de deixar claro não ser contra a cobrança de pedágios, que têm o objetivo de conservar as estradas, Raupp acha que os contratos devem garantir, em primeiro lugar, o equilíbrio entre a justa remuneração das concessionárias e o interesse dos

usuários das rodovias.

O parlamentar lembrou ainda que o Programa de Concessões de Rodovias Federais completou dez anos, “tempo suficiente para uma avaliação adequada de seus resultados”. Em aparte, Leomar Quintanilha (PMDB-TO) defendeu a criação de um plano nacional para a conservação das estradas federais.

Senado deve criar comissão para avaliar sistema tributário

Colegiado vai estudar o volume de taxas e impostos brasileiros, buscando um sistema mais justo, que diminua seu peso sobre estados e municípios

Projeto destinado a criar uma comissão para avaliar a funcionalidade do sistema tributário nacional está em análise no Senado. Na opinião do presidente da Casa, Renan Calheiros, a carga tributária brasileira inibe a produção, sendo necessário um sistema mais justo, que diminua seu peso sobre estados e municípios.

De acordo ele, essa comissão avaliará o volume da carga tributária e a repartição das receitas entre os entes federados. A soma da arrecadação de todos os tributos federais, estaduais e municipais é hoje de 40% do produto interno bruto (PIB).

Renan disse que o Senado vai exercer plenamente a competência de avaliar periodicamente a funcionalidade do sistema tributário em vigor no país, em sua estrutura e componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos estados, do Distrito



Alta carga tributária inibe a produção e a geração de emprego e renda, diz Renan

Federal e dos municípios.

A criação dessa comissão – exigida pela Constituição desde a reforma tributária aprovada em 2003 – deverá provocar alterações no Regimento Interno do Senado. Alguns estudos conduzidos na Presidência da Casa sugerem que ela seja instalada anualmente, compondo-se de nove senadores. No entanto, o assunto deverá ser

amplamente discutido pelos líderes partidários, segundo Renan.

Outra idéia que inspira o projeto é a de que a comissão trabalhe levando em conta a contribuição do sistema para a redução das desigualdades regionais; os impactos da carga tributária sobre a produção, o emprego e a renda; a política de incentivos fiscais e de renúncia de receitas dos entes federados; a integração das administrações tributárias da União, dos estados e municípios; a capacidade de recuperação de créditos da Fazenda Pública; e a clareza normativa.

Essa comissão poderá implantar uma ouvidoria tributária, destinada a propiciar maior participação da sociedade organizada nas discussões. O Senado tomará a iniciativa de organizar esse colegiado baseado no entendimento de que o sistema tributário é uma matéria tipicamente federativa.

Bloqueio de verbas orçamentárias causa protestos

Os senadores reagiram ao congelamento de R\$ 16,4 bilhões das despesas do Orçamento da União para 2007, anunciado pelo governo na última quinta-feira, e cobraram a adoção do orçamento impositivo. Nesse sistema, o Executivo ficará obrigado a efetivar fielmente as despesas aprovadas pelo Legislativo. Descumprimento da programação estabelecida, explica o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), “só diante de circunstâncias graves e excepcionais”.

– O Orçamento não pode continuar sendo uma peça de ficção – criticou Valdir Raupp (PMDB-RO), que foi o relator da proposta orçamentária vigente.

Ao anunciar o decreto de con-

tingenciamento, o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, antecipou cortes nas emendas parlamentares. Segundo o ministro, até o fim do ano o governo poderá liberar R\$ 4 bilhões dos R\$ 14 bilhões das emendas.

Indignação

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) manifestou indignação com os bloqueios anunciados a cada início de ano. Ele observou que, mesmo com o empenho das emendas, não mais que 25% dos recursos são liberados.

– É um achincalhe. Trazemos as demandas do estado para o Orçamento e depois o tecnocrata congela – condenou.

Cristovam Buarque (PDT-DF) advertiu para a repercussão que

o contingenciamento poderá ter sobre a área social caso não seja revisto. Quanto às emendas parlamentares, o senador afirmou que deveriam ser extintas, passando a caber aos prefeitos e governadores a tarefa de trazerem suas necessidades diretamente aos ministérios ou ao Congresso.

Para Paulo Paim (PT-RS), as propostas de emendas deveriam se defendidas apenas pelo conjunto das bancadas federativas, depois de ouvida a população, em audiências.

Proposta para adoção do orçamento impositivo (PEC 22/00), de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), já foi aprovada pelo Senado e tramita na Câmara.

João Ribeiro quer início das obras de hidrelétrica no rio Tocantins

João Ribeiro (PR-TO) defendeu o imediato início das obras da construção da hidrelétrica de Estreito, no rio Tocantins. O senador afirmou que o presidente Lula irá, ainda em março, ao canteiro de obras, entre os estados do Tocantins e do Maranhão, e que essa ação demonstra o interesse do governo federal em relação ao projeto.

Segundo João Ribeiro, a usina vai gerar 1.087 megawatts de energia elétrica e promover a oferta de 5 mil empregos diretos durante os quatro anos de sua construção. A obra também atrairá investimentos para a região nos setores de exploração mineral, pesca e turismo, informou.

O senador destacou a importância do empreendimento para a região. Segundo ele, em Araguaína (TO), 142 jovens já foram diplomados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)



Segundo João Ribeiro, usina vai gerar 1.087 megawatts de energia

e serão os primeiros funcionários contratados da usina de Estreito.

Em aparte, Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ressaltou a importância da construção de hidrelétricas para o crescimento econômico do país. Lamentou, porém, que o projeto da usina de Estreito não incluía a construção de eclusas para permitir a navegação do Tocantins.

Quintanilha destaca potencial econômico de minérios do Tocantins

As perspectivas econômicas de grandes jazidas de minério de ferro descobertas no Tocantins foram destacadas por Leomar Quintanilha (PMDB-TO). O senador lembrou que a demanda por minério de ferro é crescente no mercado internacional.

Segundo informou, as jazidas identificadas na região de Colinas e entre Palmas e Monte do Carmo podem ser maiores do que as de Carajás, no Pará.

– Isso trará reflexos extremamente positivos para o estado, com a sua exploração, com a geração de riquezas, com a absorção de novas tecnologias e, sobretudo, com a geração de emprego – assinalou.

O parlamentar disse que, apesar de a economia do Tocantins, hoje, estar basicamente voltada para as atividades agrícola e pecuária, o estado apresenta muitas alternativas em recursos naturais.



Quintanilha: demanda por minério de ferro vem crescendo no mercado internacional

Quintanilha ressaltou os investimentos do governo Lula em outros empreendimentos na região, como na Ferrovia Norte-Sul e na construção das usinas hidrelétricas Luís Eduardo Magalhães e Peixe Angical. Lembrou ainda a usina de São Salvador, em fase de construção, e a instalação do canteiro de obras da hidrelétrica de Estreito.